

Em caso de Devolução, remeter a

DIR. SERVICOS DO IVA (EXTINTO)
AV. JOAO XXI, 76 - 3º APARTADO 8143
1049 LISBOA



ABC, Co
Torres de Lisboa, Torre C, piso 3,
1690-190 Lisboa

02/05/25
2

Nº Ofício: 1234

Data de emissão: 25-05-2025

Assunto: Pedido de Informação Vinculativa - Rejeição

Nº Pedido: 3456

Data de apresentação: 30-04-2025

Área Tributária: IVA

Identificação do Sujeito Passivo

NIF: 1502111111

Nome: ABC, Co

Fica por este meio notificado de que o pedido de informação vinculativa acima identificado foi objeto de despacho de rejeição, proferido em 25-05-2015, pelo Diretor de Serviços, por subdelegação, com a seguinte fundamentação:

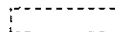
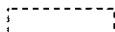
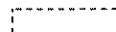
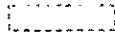
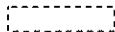
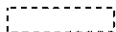
1. A Lei apenas configura o recurso à informação vinculativa para a qualificação de certos factos materialmente delimitados no âmbito de determinadas previsões normativas.
 2. Conforme expressamente decorre do n.º 1 do artigo 68.º da Lei Geral Tributária (LGT), a informação vinculativa tem o seu âmbito circunscrito à concreta situação tributária dos sujeitos passivos que, no pedido, deve ser descrita em termos factuais, ou seja, conter a descrição dos factos cuja qualificação jurídico-tributária se pretenda.
 3. No caso, a Requerente pretende que a AT, através de informação vinculativa:
 - Se pronuncie sobre procedimentos relacionados com a utilização do seu Selo Eletrónico Qualificado no processamento de faturas em regime de autofacturação e de outros documentos fiscalmente relevantes;
 - Indique de que forma, poderá garantir o cumprimento e fazer prova da garantia de autenticidade da origem e a integridade do conteúdo dos documentos emitidos por via eletrónica, nos processos de autofacturação e emissão de faturas por conta e em nome de terceiros, considerando que os métodos de garantia da autenticidade da origem e a integridade do conteúdo dos documentos emitidos por via eletrónica não se restringem aos modelos indicados no n.º 2 do Artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 28/2019, de 15 de fevereiro.
 4. Ora, as questões sobre procedimentos a adotar ou a confirmação dos mesmos não configuram um enquadramento jurídico-tributário suscetível de enquadramento no artigo 68.º da LGT, não cabendo, ainda, à AT indicar a forma de garantir a autenticidade da origem e a integridade do conteúdo de documentos emitidos por outros procedimentos ou métodos (não especificados) além dos indicados no n.º 2 do artigo 12.º do referido Decreto-Lei.
 5. Sendo, por conseguinte, de concluir que o pedido não reúne os pressupostos para que seja objeto de informação vinculativa nos termos previstos no artigo 68.º da LGT.
 6. Não obstante a que, considerando o princípio da boa fé e da colaboração entre os contribuintes e a AT, as questões não possam ser analisadas e informadas no âmbito da alínea f) do n.º 3 do artigo 59.º da LGT, ou seja, fora do âmbito da informação vinculativa.
- Fica, ainda, notificado de que deste despacho pode apresentar recurso hierárquico facultativo, no prazo de trinta dias, nos termos do artigo 80.º da Lei Geral Tributária (LGT) e dos n.ºs 1 e 2 do artigo 66.º do Código do Procedimento e Processo Tributário (CPPT) ou interpor impugnação

Com os melhores cumprimentos,

O Director de Serviços,

Cláudia Maria Marramaque Afecto Dias

Cláudia Maria Marramaque Afecto Dias



EVITE AS FILAS. De forma cómoda e segura, utilize a Internet:

Portal das Finanças **www.portaldasfinancas.gov.pt**

Nos seus contactos com a autoridade tributária e aduaneira, por favor mencione sempre o nome, a referência do documento, o NIF e o domicílio fiscal